

SUMÁRIO

Capítulo 1	
VOTAÇÕES E ELEIÇÕES.....	35
1.1. Opções de voto do eleitor	35
1.2. Votos nulos e eleições válidas	36
1.2.1. Anulação da votação de candidato cassado por práticas eleitorais ilícitas - virada jurisprudencial do TSE.....	41
1.3. Eleição suplementar	44
1.3.1. Norma de regência	45
1.3.2. Trânsito em julgado.....	48
1.3.3. Forma da eleição	51
1.3.4. Abrangência para municípios com menos de duzentos mil eleitores e Senadores da República.....	51
1.3.5. Vacâncias estaduais e municipais.....	52
1.3.6. Normatização das eleições suplementares.....	54
1.3.6.1. Impossibilidade de redução de prazos processuais	54
1.3.6.2. Cadastro eleitoral.....	57
1.3.7. Casuística das eleições suplementares	57
1.4. Sistemas eleitorais.....	59
1.4.1. Sistema majoritário.....	59
1.4.2. Sistema proporcional.....	59
Capítulo 2	
COLIGAÇÕES.....	61
2.1. Fontes legais.....	61
2.2. Conceitos.....	61
2.3. Liberdade de coligação.....	62
2.4. Denominação.....	63
2.5. Personalidade jurídica e legitimidade processual.....	64
2.6. Representantes ou Delegados	66

Capítulo 3

CONVENÇÕES PARA ESCOLHA DE CANDIDATOS	67
3.1. Fontes legais	67
3.2. Conceito	68
3.3. Período para realização	68
3.4. Propaganda intrapartidária	68
3.5. Oposição às diretrizes nacionais	69
3.6. Local de realização	70
3.7. Ata	70
3.8. Divergências internas e violações estatutárias	71
3.9. Recurso Contra a Expedição de Diploma	74
3.10. Observador eleitoral	74
3.11. Candidatura nata	75
3.12. Filiado preso	75
3.13. Outras situações	77
3.14. Liberdade de expressão e propaganda antecipada	78
3.15. Níveis de convenção partidária	81

Capítulo 4

REGISTRO DE CANDIDATURA	83
Premissas gerais	83
4.1. Cotas de gênero	84
4.1.1. Fontes legais	85
4.1.2. Breve histórico	85
4.1.3. Desorganização e indeferimento de registro	91
4.1.4. Vagas remanescentes e substituições	91
4.1.5. Candidaturas laranjas	92
4.1.5.1. Abuso de poder	109
4.1.5.2. Devolução de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e do Fundo Partidário (FP) utilizados de forma fraudulenta	110
4.1.6. Ministério Público Eleitoral	112
4.1.7. Legislação partidária	112
4.2. Declaração de bens	113
4.2.1. Fontes legais	113
4.2.2. Bens declaráveis	113
4.2.3. Finalidades	114
4.2.4. Falhas e omissões	115
4.2.5. Atualização financeira	115

4.2.6.	Não assinada.....	119
4.2.7.	Entrega previamente ao julgamento do registro	119
4.2.8.	Candidato sem bens	120
4.2.9.	Procurador habilitado	120
4.2.10.	Não apresentação.....	121
4.2.11.	Crime de falsidade ideológica.....	121
4.2.12.	Autossuficiência da declaração de bens	123
4.3.	Propostas defendidas por candidatos a prefeito, governador e presidente.....	124
4.3.1.	Fonte legal	124
4.3.2.	Candidatos ao Poder Legislativo	124
4.3.3.	Forma	124
4.3.4.	Vinculação ao mandato.....	125
4.4.	Variação nominal	125
4.4.1.	Fontes legais	125
4.4.2.	Órgãos públicos.....	127
4.4.3.	Patente militar e cargo público.....	128
4.4.4.	Área de atuação.....	129
4.4.5.	Apelido ou nome pelo qual é mais conhecido	129
4.4.6.	Nome social e identidade de gênero.....	131
4.5.	Candidato <i>sub judice</i>	136
4.5.1.	Fontes legais	136
4.5.2.	<i>Status</i> jurídico.....	136
4.5.3.	Abrangência.....	137
4.5.4.	Participação em debates	142
4.5.4.1.	Candidatos avulsos e participação em debates	143
4.5.5.	Utilização de fundos públicos.....	144
4.5.6.	Prestação de Contas.....	144
4.5.7.	Cômputo de votos	144
4.5.8.	Substituição de candidato e perda do interesse processual	145
4.5.9.	Divulgação da votação	146
4.5.10.	Proclamação dos resultados	147
4.5.11.	Diplomação.....	147
4.5.12.	Cessação da condição <i>sub judice</i>	147
4.6.	Filiação partidária	148
4.6.1.	Fontes legais	148
4.6.2.	Requisitos e restrições.....	149
4.6.3.	Prova da filiação	149
4.6.4.	Filiação partidária desvinculada dos limites territoriais da circunscrição eleitoral	156

4.6.5.	Aferição de filiação partidária em RCED	160
4.7.	Domicílio eleitoral.....	164
4.7.1.	Transferência de domicílio.....	166
4.8.	Quitação eleitoral.....	168
4.8.1.	Súmulas do TSE aplicáveis à quitação eleitoral.....	172
4.9.	Órgão competente para registro e impugnação das candidaturas	173
4.10.	Cargos a preencher	174
4.10.1.	Cargos Executivos.....	174
4.10.2.	Cargos Legislativos.....	174
4.10.2.1.	Congresso Nacional.....	174
4.10.2.2.	Assembleias Legislativas e Câmara Legislativa	176
4.10.2.3.	Câmaras Municipais.....	177
4.11.	Idade mínima	182
4.12.	Analfabetismo e candidatura.....	183
Capítulo 5		
SUBSTITUIÇÃO DE CANDIDATO		187
5.1.	Disposições gerais.....	187
5.2.	Substituição antes do segundo turno	190
5.3.	Falecimento do titular eleito após a realização do segundo turno.....	190
5.4.	Substituição da chapa majoritária.....	191
5.5.	Fraude na substituição às vésperas do pleito.....	192
Capítulo 6		
PRÉ-CAMPANHA ELEITORAL.....		197
6.1.	Introdução e fundamentos.....	197
6.1.1.	Delimitação inicial do “processo eleitoral”.....	200
6.2.	Disciplina normativa	202
Capítulo 7		
PROPAGANDA INTRAPARTIDÁRIA		235
Capítulo 8		
PROPAGANDA ELEITORAL		239
8.1.	Considerações gerais, conceitos e limites.....	239
8.2.	Casuística e extensão da matéria.....	242
8.3.	Início.....	243
8.4.	Muros, faixas, placas, cartazes, pinturas e inscrições.....	245
8.5.	Veículos.....	245
8.6.	Adesivos.....	245

8.7. Bandeiras	247
8.8. Comícios	250
8.9. Identificação visual de cabos eleitorais x brindes	251
8.10. Showmício	257
8.11. <i>Outdoors</i>	260
8.12. <i>Telemarketing</i>	261
8.13. <i>WhatsApp</i> e SMS	261
8.14. Trios elétricos.....	263
8.15. Carros de som e minitrios	263
8.16. Nome comercial	264
8.17. Identificação de candidatos majoritários	265
8.18. Direito à imagem.....	266
8.19. Bens que dependem de cessão ou permissão do poder público	267
8.19.1. Panfletagem em prédios públicos	268
8.20. Bens particulares.....	269
8.20.1. Mobilidade	269
8.20.2. Espontânea e gratuita.....	269
8.20.3. Identificação	269
8.21. Bens de uso comum	270
8.21.1. Banca de jornal e revistas	271
8.21.2. Táxi	272
8.21.3. Escola particular	272
8.21.4. Estabelecimento misto (residencial e comercial).....	273
8.21.5. Estacionamento pago.....	273
8.21.6. Restaurante.....	274
8.21.7. Condomínio residencial	274
8.21.8. Sede de sindicato	275
8.21.9. Terreno baldio	275
8.21.10. Bem tombado pelo patrimônio público.....	276
8.21.11. Feira Livre.....	278
8.22. Dependências do Poder Legislativo	279
8.23. Gabinete móvel	282
8.24. Meios de comunicação social.....	285
8.24.1. Rádio e televisão.....	285
8.24.1.1. Restrições	285
8.24.1.2. Período de campanha.....	291
8.24.1.3. Linguagem estrangeira	291
8.24.1.4. Debates.....	291

8.24.2.	Jornais, revistas e demais impressos	293
8.24.3.	<i>Internet</i>	296
8.24.3.1.	Impulsioneamento de conteúdos	303
8.25.	Propaganda eleitoral antecipada ou extemporânea.....	309
8.25.1.	Promoção pessoal e propaganda eleitoral.....	309
8.25.2.	Prazo e legitimidade passiva.....	309
8.25.3.	Circunstâncias eleitorais.....	310
8.25.3.1.	Sobre as “palavras mágicas” identificadoras da extemporaneidade	311
8.25.4.	<i>Twitter</i>	313
8.25.5.	<i>Facebook</i>	316
8.25.6.	Propaganda partidária.....	319
8.25.7.	Propaganda negativa.....	319
8.25.8.	Comparação de administrações.....	320
8.25.9.	Escritório político	322
8.25.10.	Calendários	323
8.25.11.	Adesivos	325
8.25.12.	Publicidade institucional.....	326
8.25.13.	Entrevistas.....	327
8.25.14.	Colunas de jornal.....	329
8.25.15.	Camisa do partido no dia da convenção.....	330
8.25.16.	<i>Outdoors</i>	331
8.26.	Símbolos nacionais	346
8.27.	Fato sabidamente inverídico	350
8.28.	Crimes contra a honra na campanha eleitoral	353
8.28.1.	Considerações gerais.....	353
8.28.2.	Calúnia.....	354
8.28.3.	Difamação	356
8.28.4.	Injúria.....	357
8.28.5.	Sujeitos	358
8.28.6.	Ação Penal Pública Incondicionada	358
8.28.7.	Processamento	359
8.28.8.	Quadro comparativo	360
8.28.9.	Agravamento de penas	361
8.28.10.	Suspensão condicional do processo	363
8.29.	Direito de Resposta.....	363
8.29.1.	Fontes legais, legitimidade e prazos.....	364
8.29.2.	Procedimentos judiciais específicos	370
8.29.2.1.	Órgão da imprensa escrita.....	370

8.29.2.2.	Programação normal de rádio e televisão	372
8.29.2.3.	Horário eleitoral gratuito	372
8.29.2.4.	<i>Internet</i>	375
8.29.2.5.	Carro de som	377
8.29.3.	Desistência	378
8.29.4.	Decisão sobre Direito de Resposta.....	378
8.29.5.	Recursos.....	378
8.30.	Art. 241 do Código Eleitoral e solidariedade	379
8.31.	Direito Autoral e propaganda eleitoral	381
8.32.	Resumo da propaganda política.....	384
Capítulo 9		
COMITÊ ELEITORAL		385
9.1.	Conceito.....	385
9.2.	Localização e distância de prédios especiais.....	385
9.3.	Distância mínima	387
9.4.	Quantidade	388
9.5.	Alvará e taxas municipais.....	388
9.6.	Propaganda eleitoral antecipada	389
9.7.	Pinturas e adesivos.....	389
9.8.	Bens de uso comum	391
9.9.	Prestação de serviços	391
9.10.	Compartilhamento	393
9.11.	Gastos de campanha	393
Capítulo 10		
ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS CAMPANHAS ELEITORAIS		395
10.1.	Fontes legais e regras gerais	395
10.1.1.	Fontes de financiamento para as candidaturas femininas	401
10.2.	Gastos eleitorais	405
10.3.	Limites de gastos.....	409
10.4.	Exclusão das despesas pessoais do candidato	411
10.5.	Aplicação dos recursos de campanha: modalidades – devolução de valores – polêmica jurisprudencial.....	413
10.6.	Pagamento indireto de prestadores de serviço	416
Capítulo 11		
DOAÇÕES ELEITORAIS		419
11.1.	Pessoas Jurídicas	419

11.1.1.	Doação de recursos do Fundo Partidário em benefício de candidato registrado por agremiação que não formou coligação – pessoa jurídica – fonte vedada	423
11.2.	Pessoas Físicas	427
11.2.1.	Fontes legais	427
11.2.2.	Limite legal e critério.....	429
11.2.3.	Recursos próprios do candidato (autofinanciamento).....	430
11.2.4.	Doador isento.....	430
11.2.5.	Doação entre candidatos.....	432
11.2.6.	Produto do próprio serviço ou da atividade econômica do doador	434
11.2.6.1.	Inconstitucionalidade da disciplina por resolução	435
11.2.7.	Doação de serviços estimáveis.....	438
11.2.7.1.	Valor	440
11.2.7.2.	Prestação de contas	440
11.2.8.	Captador de recursos em <i>websites</i>	442
11.2.8.1.	Resumo do <i>crowdfunding</i> eleitoral	448
11.2.9.	Regime de bens.....	449
11.2.9.1.	Regime da comunhão universal de bens.....	449
11.2.9.2.	Regime da comunhão parcial de bens.....	451
11.2.10.	Doação acima do limite legal.....	452
11.2.10.1.	Instrumento processual e capacidade postulatória.....	452
11.2.10.2.	Prazo.....	452
11.2.10.3.	Foro.....	453
11.2.10.4.	Rito processual.....	454
11.2.10.5.	Relação de doadores excedentes	455
11.2.10.6.	Declaração retificadora	456
11.2.10.7.	Princípio da insignificância.....	459
11.2.10.8.	Penalidades	461
11.2.10.9.	Multa	461
11.2.10.10.	Inelegibilidade e gravidade dos fatos	461
11.2.10.11.	Ação Rescisória	468
11.2.11.	Doador estrangeiro	468
11.2.12.	Doador beneficiário do Auxílio Emergencial	470
Capítulo 12		
PRESTAÇÃO DE CONTAS.....		473
12.1.	Fontes legais.....	473
12.2.	Objeto e limite	480
12.3.	Julgamento das contas	481

12.3.1. Aprovação	483
12.3.2. Aprovação com ressalvas.....	483
12.3.3. Desaprovação	492
12.3.4. Não prestadas.....	495
12.3.5. Desorganização contábil e razoabilidade	500
12.3.5.1. Extrapolação do limite de gastos.....	502
12.3.6. Alguns aspectos processuais relevantes da prestação de contas.....	503
12.3.7. Contas de vices e suplentes	506
12.3.8. Prestação de contas retificadora	507
12.4. Sobras de recursos financeiros de campanha	508
12.5. Conservação de documentos.....	510
12.6. Advogado constituído.....	512
12.7. Prova testemunhal.....	514
12.8. Do crescente detalhamento normativo da Prestação de Contas	519
Capítulo 13	
CAPTAÇÃO E GASTO ILÍCITO DE RECURSOS (ART. 30-A)	521
13.1. Fonte legal	521
13.2. Objeto (Caixa dois).....	521
13.3. Legitimidade ativa	531
13.4. Legitimidade passiva	532
13.5. Instrumento processual.....	532
13.6. Prestação de Contas e IJE	534
13.7. Omissões.....	536
13.8. Conta bancária extemporânea.....	537
13.9. Erro de identificação na doação	537
13.10. Gastos sem trânsito pela conta específica	538
13.11. Bens ou serviços que não integram o patrimônio dos doadores.....	544
13.12. Ausência de emissão ou falta de assinatura nos recibos eleitorais.....	544
13.13. Omissão de receitas e despesas.....	544
13.14. Origem não identificada x fonte vedada.....	546
13.15. Recursos de terceiros contabilizados como próprios	547
13.16. Laranjas	547
13.17. Excessos de gastos.....	550
13.18. Proporcionalidade x impunidade.....	554
13.19. Penalidades	555
13.20. Arrecadação e gastos ilícitos com publicidade nas pré-campanhas (moderação e teto de gastos)	556

13.21. Desvirtuamento na aplicação dos recursos destinados à participação política das mulheres	566
13.22. Jurisprudência genérica do art. 30-A	567
13.23. Densidade normativa do art. 30-A	568

Capítulo 14

CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO (ART. 41-A) 571

14.1. Exclusão de terceiro não candidato.....	571
14.2. Distribuição de combustível para eventos de campanha eleitoral	577
14.2.1. Carreata	578
14.2.2. Colocação de adesivos em veículos	582
14.2.3. Comícios	589
14.3. Distribuição de bebidas e refeições para eventos de campanha	589
14.3.1. Jantar e almoço político.....	589
14.3.2. Festa às vésperas da eleição.....	595
14.4. Promessas genéricas e grupo de eleitores	597
14.5. Repressão à oferta de vantagens em troca de voto no Direito Comparado.....	602
14.5.1. Portugal	602
14.5.2. Espanha	603
14.5.3. Panamá.....	603
14.5.4. Colômbia.....	603
14.5.5. Chile	604
14.5.6. Alemanha	605
14.5.7. França.....	605
14.5.8. Bélgica.....	606
14.5.9. Holanda.....	606
14.5.10. Romênia.....	607
14.5.11. México	607
14.5.12. Brevíssimas considerações	608

Capítulo 15

CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHAS ELEITORAIS 609

15.1. Considerações gerais, origens e importância.....	609
15.1.1. Agrupamentos temáticos.....	614
15.1.2. Interpretação e jurisprudência.....	617
15.1.3. Evolução legislativa da matéria	619
15.2. Agente Público.....	624
15.3. Litisconsórcio passivo necessário.....	626
15.3.1. Nova modificação de entendimento (Recurso Ordinário Eleitoral nº 060304010/DF).....	629

15.4. Penalidades.....	631
15.5. Princípios.....	643
15.5.1. Igualdade de oportunidades na eleição.....	646
15.5.2. Legalidade estrita.....	649
15.5.3. Abuso de poder.....	651
15.5.4. Abuso do poder político.....	653
15.5.5. Abuso do poder de autoridade e gravidade das circunstâncias.....	655
15.5.5.1. Conceito de autoridade para efeitos eleitorais.....	658
15.5.6. Caso de grave e urgente necessidade pública e matéria relevante e característica das funções de governo.....	660
15.6. Instrumentos de apuração e repressão.....	663
15.6.1. Legitimados ativos.....	663
15.6.2. Procedimento Preparatório Eleitoral.....	664
15.6.3. Representação.....	670
15.6.4. Investigação Judicial Eleitoral.....	671
15.6.5. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo.....	671
15.7. Lapsos temporais restritivos.....	681
15.8. Contagem de prazos.....	684
15.9. Continuidade administrativa.....	685
15.9.1. Reeleição.....	688
15.9.1.1. Reeleição para o Poder Executivo na perspectiva do Direito Eleitoral Comparado.....	707
15.10. Casuística.....	711
15.10.1. Utilização de bens móveis ou imóveis públicos em benefício de candidatos, partidos e coligações.....	715
15.10.1.1. Veículos adesivados em áreas e estacionamentos públicos.....	727
15.10.1.2. Exceções.....	730
15.10.2. Utilização de materiais ou serviços custeados pelos Governos ou Casas Legislativas que excedam as prerrogativas legais.....	734
15.10.3. Utilização de servidores públicos ou empregados da administração pública no horário de expediente.....	740
15.10.3.1. Agentes políticos.....	746
15.10.3.2. Licenças, férias e horários livres.....	749
15.10.3.3. Uso de <i>bottons</i> ou adesivos por servidores públicos no local de trabalho.....	750
15.10.3.4. Postagem de apoio político por servidor público em horário de expediente.....	751
15.10.4. Uso promocional de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social.....	753
15.10.5. Movimentação de pessoal.....	761

15.10.5.1. Contratação de estagiários.....	785
15.10.6. Transferência voluntária de recursos.....	789
15.10.7. Publicidade institucional.....	794
15.10.7.1. Publicidade Institucional e Condutas Vedadas: a controvertida jurisprudência do TSE	797
15.10.7.1.1. Veiculação de postagens sobre atos, programas, obras, serviços e/ou campanhas de órgãos públicos federais, estaduais ou municipais em perfil privado de rede social não equivale à publicidade institucional	807
15.10.7.2. Placas de obras públicas	808
15.10.7.3. Festas municipais e estaduais.....	810
15.10.7.4. Sites dos Poderes Legislativo e Executivo	812
15.10.8. Pronunciamentos em cadeia de rádio e TV.....	815
15.10.9. Despesa excedida com publicidade institucional	818
15.10.9.1. Requisição de informações sobre os gastos	823
15.10.10. Revisão geral da remuneração de servidores públicos	824
15.10.10.1. Outros benefícios funcionais.....	829
15.10.10.2. Abono	830
15.10.10.3. Reestruturação de carreira de servidores públicos	832
15.10.11. Distribuição gratuita de bens, valores, benefícios e programas sociais... ..	832
15.10.11.1. Programas sociais e entidades nominalmente vinculadas a candidato ou por este mantida.....	847
15.10.12. Promoção pessoal na publicidade institucional	856
15.10.13. Contratação de shows artísticos.....	860
15.10.14. Inaugurações de obras públicas	863
15.10.14.1. Tipicidade da conduta e sujeito ativo.....	863
15.10.14.2. Excesso praticado por não candidato	865
15.10.14.3. Conceito de obra pública e bem jurídico tutelado	865
15.10.14.4. Constitucionalidade.....	868
15.10.14.5. Processamento	869
15.10.14.6. Casuística	870
15.10.14.7. Aplicabilidade do dispositivo frente à Lei nº 13.165/15	887
15.10.14.8. Inelegibilidade	891
15.10.14.9. Quadro comparativo do art. 77.....	892
15.11. Inelegibilidade por Condutas Vedadas	892
15.12. Desdobramentos das Representações.....	898
15.12.1. Quadro comparativo RP/IJE.....	900
15.13. As Condutas Vedadas na perspectiva do Direito Eleitoral Comparado.....	901

15.13.1. Portugal	902
15.13.2. Espanha	902
15.13.3. Argentina.....	903
15.13.4. Honduras.....	904
15.13.5. México	904
15.13.6. Panamá.....	905
15.13.7. Colômbia.....	906
Capítulo 16 ENCERRAMENTO DA PROPAGANDA ELEITORAL DE RÁDIO E TV	909
Capítulo 17 PROPAGANDA PAGA NA IMPRENSA ESCRITA (ART. 43)	911
Capítulo 18 VÉSPERA DO PLEITO	917
Capítulo 19 DIA DO PLEITO	919
19.1. Propaganda eleitoral	919
19.2. Crimes eleitorais	919
19.3. Eleitor na cabina de votação e voto secreto.....	927
19.4. Transporte de eleitores.....	930
19.4.1. Decisão do STF na ADPF nº 1.013/DF.....	943
19.5. Manifestação individual e silenciosa	943
19.5.1. Manifestação individual e silenciosa na perspectiva do Direito Eleito- ral comparado.....	946
19.5.1.1. Portugal	946
19.5.1.2. Espanha.....	947
19.5.1.3. Argentina.....	947
19.5.1.4. Canadá	947
19.5.1.5. Estados Unidos.....	947
19.5.1.6. Colômbia.....	949
19.5.1.7. Chile	949
19.5.1.8. Panamá.....	949
19.5.1.9. Bolívia.....	950
19.5.1.10. Itália	950
19.6. Comércio.....	950
19.7. Pesquisas eleitorais	952
19.8. Presença de candidatos em locais de votação	953

19.9. Lei Seca.....	960
19.9.1. Atipicidade penal.....	961
19.9.2. A Lei Seca na perspectiva do Direito Eleitoral Comparado.....	962
19.10. Derrame de santinhos.....	964

Capítulo 20

PESQUISAS ELEITORAIS..... 979

20.1. Considerações gerais.....	979
20.2. Registro, informações obrigatórias e divulgação.....	980
20.3. Crime de pesquisa eleitoral fraudulenta.....	987
20.4. Pesquisa eleitoral fraudulenta e abuso de poder.....	989
20.5. Acesso judicial ao sistema interno de controle, verificação e da coleta de dados.....	991
20.6. Responsabilização penal dos representantes legais da empresa ou entidade de pesquisa e do órgão veiculador da pesquisa fraudulenta.....	993
20.7. Crime do art. 350 do Código Eleitoral.....	994
20.8. Enquetes e sondagens.....	995
20.8.1. Quadro comparativo pesquisa x enquete.....	996
20.9. Exclusão de pré-candidato de pesquisa eleitoral.....	996
20.10. Divulgação em rede social de pesquisa eleitoral destituída de registro.....	997
20.11. Evolução legislativa da matéria.....	1001
20.12. Nomenclaturas oficiais das pesquisas eleitorais.....	1007

Capítulo 21

AFASTAMENTOS E DESINCOMPATIBILIZAÇÕES 1009

21.1. Eleição Municipal.....	1009
21.2. Eleições gerais.....	1018
21.3. Destaques jurisprudenciais gerais.....	1028
21.4. Competência e não a nomenclatura do cargo.....	1035
21.5. Parentesco e inelegibilidade.....	1036

Capítulo 22

REQUISIÇÃO DE FORÇA FEDERAL 1045

22.1. Fontes legais e regras gerais.....	1045
22.2. Circunstâncias de perturbação dos trabalhos eleitorais.....	1046

Capítulo 23

MULTAS ELEITORAIS 1051

23.1. Fontes legais e regras gerais.....	1051
23.2. Execução e cumprimento de decisões impositivas de multas eleitorais.....	1056

Capítulo 24	
SÚMULAS DO TSE	1057
Introdução	1057
24.1. Desincompatibilização (2)	1057
24.2. Doação eleitoral (1)	1057
24.3. Filiação partidária (4)	1058
24.4. Inelegibilidade (16)	1058
24.5. Matéria processual (31)	1060
24.6. Multas eleitorais (2)	1062
24.7. Prestação de contas (3)	1063
24.8. Propaganda eleitoral (2)	1063
24.9. Registro de candidatura (8)	1063
24.10. Desfiliação partidária (1)	1064
Capítulo 25	
NOTITIA CRIMINIS.....	1065
Fontes legais e considerações gerais.....	1065
Capítulo 26	
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 111/21	1069
26.1. Distribuição do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) para candidatas mulheres e candidatos negros para a Câmara dos Deputados	1069
26.2. Anuência partidária para a desfiliação	1071
26.3. Datas das posses dos titulares do Poder Executivo	1077
Capítulo 27	
LEI Nº 14.208/21	1079
27.1. Federações partidárias	1079
Capítulo 28	
LEI Nº 14.211/21	1087
28.1. Texto legal	1087
28.2. Limitação da competência normativa do TSE relativamente à organização partidária	1089
28.3. Ajustes normativos decorrentes da extinção das coligações proporcionais	1090
28.4. Percentuais de votação para “sobras eleitorais”	1090
28.5. Número de candidatos	1091
28.6. Debates de rádio e TV entre candidatos proporcionais	1091
Capítulo 29	
LEI COMPLEMENTAR Nº 184/21	1093

29.1. Texto legal.....	1093
29.2. Exclusão de inelegibilidade.....	1094
29.3. Quadro comparativo da alínea g.....	1098
REFERÊNCIAS	1099